



Debates em Moura-Barrancos

Resumo da primeira reunião

No passado dia 28 de Junho, decorreu em Moura uma reunião com cinco proprietários dos concelhos de Moura e de Barrancos, organizada pelo Centro de Investigação e de Intervenção Social (CIS-ISCTE), em parceria com a Liga para a Protecção da Natureza (LPN), no âmbito do projecto LIFE 'Recuperação do habitat do lince-ibérico no Sítio Moura/Barrancos' (LIFE06 NAT/P/000191).

Esta iniciativa insere-se nas acções de sensibilização e participação do público deste projecto e tem como principal objectivo conhecer a perspectiva dos diferentes grupos envolvidos na implementação do projecto acerca das potencialidades e dos problemas concretos da zona, bem como as suas expectativas para o futuro desta. Pretende-se também contribuir para reunir informação relevante para a elaboração de planos de gestão das áreas rurais incluídas neste Sítio Natura 2000.

Apresenta-se em seguida uma síntese das principais ideias expressas pelos participantes durante esta reunião relativamente ao futuro da região e à gestão das áreas Natura 2000. Salientamos que se trata do resultado de uma reunião com um grupo homogéneo, constituído apenas por proprietários locais, em que ressaltou de forma repetida a partilha de pontos de vista e a concordância entre os participantes.

O contexto actual

O contexto actual em Moura/Barrancos é caracterizado, segundo os participantes, pela existência de um crescente investimento em plantação e exploração de olival, por parte de produtores espanhóis, que trazem consigo tecnologia avançada. Estas inovações introduzem novos desafios, mas também um nível de competitividade com que é difícil rivalizar. Outra das dificuldades com que os agricultores se confrontam é a da falta de mão-de-obra para "trabalhar no campo". Foi referido que seria desejável ter programas ocupacionais dos centros de emprego que redireccionem as pessoas para actividades relacionadas com a exploração agrícola.

O Estado e a Conservação da Natureza

Ao Estado é atribuído o papel de "promover a conservação e a gestão do meio ambiente". A implementação de medidas agro-ambientais compensatórias pelo Ministério da Agricultura foi muito valorizada pelos participantes. Foi criticada a supressão, desde 2005, destas medidas, e foi realçado que os investimentos feitos em práticas 'amigas do ambiente' têm sido desde então totalmente suportados pelos agricultores/produtores, uma situação que consideram insustentável.

Foi também referido que não existem actualmente incentivos do Estado para modernizar a agricultura e que não existe uma política de longo prazo, com orientações estratégicas para o futuro da agricultura.

A Rede Natura 2000

De modo geral, o discurso dos participantes organizou-se de forma a salientar que a Rede Natura 2000 veio trazer (apenas) restrições às actividades agro-silvo-pastoris. Os motivos apresentados para discordar das medidas aplicadas em zonas Natura 2000 são principalmente:

(a) A ambiguidade na utilização dos critérios de designação dos Sítios – o mesmo critério poderia ser usado para incluir outras áreas da região que não são abrangidas;

(b) O desacordo com a proibição de determinadas actividades – por um lado, porque estas actividades fazem parte das práticas tradicionais; por outro lado, porque não são apresentadas alternativas, só é estipulado o que não se pode fazer e não o que se poderia fazer em vez de. Além disso, estas regulamentações são aplicadas de forma genérica (a nível nacional), sem ter em consideração especificidades regionais ou locais.

Foi avançada uma proposta para reorganização da Rede Natura, segmentando e classificando por nível de prioridade na conservação do habitat estas áreas: muito prioritário (com pouca intervenção e com medidas compensatórias adequadas ao baixo nível de exploração dos recursos), médio (em que seria permitido fazer algum tipo de exploração dos recursos, por exemplo ter plantação de olival) e pouco prioritário (zonas em que seria permitido construir infra-estruturas, por exemplo perto de uma auto-estrada). Foi ainda salientado que a adesão a projectos LIFE pode ser dificultada por acrescer mais restrições sem medidas compensatórias.

A relação dos agricultores com a conservação da natureza

Foi enfatizado que os ecossistemas actuais são o resultado da intervenção humana e de práticas de exploração de recursos utilizadas há várias gerações, sendo os agricultores os principais agentes na conservação destes ecossistemas. Os agricultores sentem que é desvalorizada a necessidade de manter níveis de intervenção humana que permitam dar continuidade à paisagem a conservar. Os agricultores apresentaram-se como os principais interessados na defesa e manutenção dos ecossistemas, estando dispostos a prescindir de técnicas de exploração mais agressivas. O recurso a técnicas “amigas do ambiente” deve, no entanto, ser compensado de forma a permitir “viver da agricultura”.

Participação pública na conservação da natureza

Foi criticada a gestão dos financiamentos para a conservação da natureza e biodiversidade por serem investidas somas avultadas em medidas que podem não ser bem sucedidas, principalmente por não incluírem os agricultores nas fases de planeamento e decisão. Os participantes salientaram repetidamente que as resoluções que afectem ou dependam da actividade agrícola devem ser decididas com a participação dos agricultores.

O CIS agradece uma vez mais aos participantes nesta iniciativa a sua disponibilidade e contributo pessoal. Agradecemos também a cedência de instalações para a reunião por parte da AJAM (Associação de Jovens Agricultores de Moura). Esta foi a primeira de um conjunto de iniciativas que continuaremos a desenvolver e que podem contribuir para o aprofundamento de parcerias de planeamento-implementação com as comunidades locais que pensamos deverem ser valorizadas.

A equipa do CIS

Carla Mouro (Coordenação)

Paula Castro (Coordenação científica)

Rita Gouveia